



## PROJETO DE EXTENSÃO SUPER AÇÃO.

**Autores:** SANTOS, Scheila Raquel Dos<sup>1</sup>; DOMBROSKI, Roberto<sup>2</sup>.

**Identificação autores:** (Bolsista /Instituto Federal Catarinense<sup>1</sup>; Orientador IFC-Campus Araquari<sup>2</sup>).

### RESUMO

O Projeto Super Ação tem como objetivo agir em prol dos direitos da criança e do adolescente, disseminando a informação a toda a sociedade local e regional, que vise ampliar os mecanismos de proteção de forma que este grupo social tenha um desenvolvimento saudável e que seus direitos não sejam violados. Este projeto é uma das bases de fundamental importância para os mecanismos de prevenção e proteção dos direitos da criança e do adolescente. O projeto está estruturado em dois eixos norteadores (Informativo e Preventivo) que guiam as atividades a realizar, em linhas de ações distintas, mas de objetivos comuns.

### INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

Em investigação social, realizada entre agosto de 2014 à agosto de 2016, quando o Projeto Super Ação estava inscrito como projeto de Ensino, foi identificado uma série de problemas que o público infanto-juvenil vivencia em seu cotidiano. Destacam-se aqueles ligados ao abuso e violência sexual, violências físicas e psicológicas, negligências e drogadição. A partir dos resultados das ações de prevenção ao uso de drogas, percebemos que o comportamento da maioria dos adolescentes está relacionado às violações de seus direitos, causados por terceiros ainda na infância ou então na adolescência e com forte incidência de abusos e violências sofridas.

Intrigada com essa situação, a equipe que compõe este projeto realizou diversas conversas com profissionais da rede de proteção local tendo por objetivo compreender a dimensão dos problemas identificados. Constatou-se, que o município de Araquari vivencia cotidianamente com as violações e que estas são motivadas por falta de conhecimento mascarada por comportamento cultural. De acordo com Hannah Arendt (1994), a violência faz parte do cotidiano das pessoas e está incutida nas relações pessoais e instituições sociais como algo comum, explícita e por vezes implícitas, ou seja, ocorre sem ser percebida. A partir deste diagnóstico preliminar surgiu a necessidade de mudar essa realidade local e regional. Para isso, firmamos parceria com o Conselho Tutelar e Conselho Municipal de Direitos da Criança e do





Adolescente de Araquari. Essa parceria culminou em um conjunto de ações de caráter protetivo a realizar, de fluxo contínuo e focado no enfrentamento das violências praticadas contra crianças e adolescentes, com atenção especial para: 1) ampliação e fortalecimento de redes de proteção e de apoio às crianças, aos adolescentes e suas famílias; 2) capacitação, organização e instrumentalização das estruturas, equipamentos, serviços e pessoal de defesa dos direitos da criança e do adolescente; 3) criação e aperfeiçoamento de mecanismos de envolvimento social, com a participação direta da juventude, em ações de redução da violência e fortalecimento do convívio social e comunitário.

Sobre a capacitação, organização e instrumentalização das estruturas, serviços, equipamentos e pessoal, foi identificada a fragilidade da rede de proteção. Os municípios não possuem um sistema moderno de registros, notificações e acompanhamento de situações que envolvem crianças e adolescentes vítimas de abusos e/ou violências. Além disso, os protocolos não alcançam todos os serviços e por muitas vezes dificulta o desenvolvimento dos trabalhos necessários para a conclusão de processos judiciais e acompanhamento de crianças, adolescentes e famílias. Some-se a isso, a falta de conhecimento das pessoas, em especial servidores da educação, que por sua vez, convivem com situações de abuso e/ou violência e desconhecem os meios de encaminhamento de casos percebidos em seu ambiente de trabalho, tampouco sobre os diversos serviços e equipamento, funções e papéis de cada um que compõe a rede de proteção. Como estratégia de enfrentamento desta demanda a equipe e parceiros deste projeto descentralizaram as ações para outras instâncias do IFC/Araquari.

## METODOLOGIA

O projeto está estruturado em dois eixos norteadores de atividades de extensão. Em linhas de ações distintas, mas de objetivos comuns, os eixos estão centrados em:

**1-Ação Informativa.** Para as ações informativas serão desenvolvidos diversos materiais para ser partilhado e distribuído.





2-Ação Preventiva. As ações preventivas serão consistidas de atividades recreativas.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Projeto Super Ação, tem como objetivo agir em prol dos direitos da criança e do adolescente, desta maneira, disseminar a informação a toda a sociedade local e regional, ampliando os mecanismos de proteção de forma que este grupo social tenha um desenvolvimento saudável e que seus direitos não sejam violados. O projeto está estruturado em dois eixos principais, o informativo e preventivo. Esses dois eixos foram os guias para realizar as atividades, mesmo que em linhas de ações distintas, porém, os objetivos comuns.

O Super Ação, é uma base extremamente importante para auxiliar os mecanismos de prevenção e proteção dos direitos da criança e dos adolescentes. Além disso, o projeto ainda envolveu a juventude nos processos de transformação da condição social que afetam a sua vida direta e indiretamente, creditando à ela, a construção de mecanismos de superação dos dilemas sociais.

Para auxiliar na prevenção das violações dos direitos da criança e dos adolescentes, existem legislações, como por exemplo, a Constituição Federal de 1988 (CF), e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Nesses documentos são destacados quatro grupos de direitos: à vida, ao desenvolvimento, à proteção e à participação. Além disso, A CF e o ECA também ressaltam a importância dos vínculos familiares, comunitários e sociais, ambientes que proporcionem o desenvolvimento físico, psicológico e social e não tenham seus direitos violados. As violações de direitos da criança e do adolescente ocorrem quando estes e encontram em situação de risco, que pode ser eventual ou real. Por mais ações preventivas que ocorram, as violações são constantes, e causam consequências negativas no desenvolvimento da criança e do adolescente. Para inibir tais consequências, destacam-se articulações e atores da prevenção. O projeto Super Ação em conjunto com parceiros, criam articulações para enfrentar às violações dos direitos da criança e do adolescente. Contudo, o principal objetivo do projeto é agir nas especificidades da realidade em que o público que são vítimas estão inseridos para que os conjuntos de direitos sejam concretos e plenos. Para isso, a equipe do projeto é composta por estudantes, servidores e docentes do IFC – Campus





Araquari, e conselheiros tutelares do município. Também existem parcerias com outros segmentos públicos e privados.

Diversas ações foram realizadas pelo projeto Super Ação, entre elas, a oficina sobre técnicas pedagógicas do PROERD com crianças da rede municipal de Araquari. Sendo esta oficina ministrada pelo SR. Edgar, e direcionada para os integrantes do projeto, sendo estes estudantes do Instituto Federal Catarinense – Campus Araquari. Outra ação desenvolvida pelo Super Ação em conjunto com a Polícia Rodoviária Federal, Proerd da Polícia Militar e Conselho Tutelar do município, realizaram a 2ª Blitz de Mobilização, na BR 280 Km 27, no município de Araquari. Foram realizados o I e II Fórum Regional Contra Abuso e Violência Sexual de Crianças e Adolescentes, em 2016 e 2017 respectivamente. A realização do Fórum foi devido à mobilização do Dia Nacional de Enfrentamento ao Abuso e Violência Sexual de Crianças e Adolescentes – 18 de maio. A realização desses eventos foi uma parceria do Projeto Super Ação do IFC *Campus* Araquari, em com a Amunesc (Associação de Municípios do Nordeste de Santa Catarina), e mais seis municípios pertencentes à Amvali (Associação dos Municípios do Vale do Itapocu) estiveram presentes. O evento teve apoio do Ministério Público de Santa Catarina, da Polícia Rodoviária Federal, do Programa Educacional de Resistência às Drogas (Proerd) da Polícia Militar de Araquari. Outros convidados a participarem do Fórum estavam a Drª Daiana Agostinho Delamar, advogada de direitos da criança e do adolescente, a assessora Técnica da Comissão da Criança e do Adolescente, da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Srª Berna Sant'Anna, a Drª Caroline Sartori Velloso Martinelli, Promotora de Justiça da 1ª PJ de São Francisco do Sul e a Drª Larissa Leite Gazzaneo, Defensora Pública da 5ª Defensoria Pública da Infância e Juventude de Joinville. Estavam presentes aproximadamente 180 profissionais da Assistência Social, Educação, Saúde, Conselhos de Direitos e Conselhos Tutelares, que fazem parte da Rede de Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Para que todas essas ações fossem realizadas até o momento com êxito, tivemos diversas reuniões foram com serviços e profissionais que compõe a Rede local, com objetivo de firmar as parcerias. Essas cooperações contribuem para que o projeto se desenvolva prol dos direitos das crianças e adolescentes.





## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os direitos que o ECA (Estatuto Da Criança e Do Adolescente) reconhece às crianças e adolescentes para seu desenvolvimento e garantia do seu bem estar social, não são garantidos em sua totalidade, apesar de, haver uma enorme parcela da população que sofre com a violência. O Estado não reconhece essa ausência, ou seja, seus protetores que deveriam assegurar seus direitos, deferidos no Estatuto citado anteriormente, são os violadores. O Projeto Super Ação, é uma iniciativa que assegura e protege essas vítimas, considerando o quadro de violência a que estão submetidos crianças e adolescentes é muito agravante, o projeto age para mobilizar as regiões onde atua.

Embora o Projeto Super Ação tenha ações de muita valia dificuldades foram enfrentadas para a sua realização. Como por exemplo, a falta de apoio financeiro que limitou várias ações. Além disso, houve a perda dos bolsistas voluntários, pois, a sua efetividade no projeto foi comprometida devido à falta de tempo dos alunos, causada pelas numerosas atividades do curso. Alguns bolsistas voluntários do Projeto Super Ação ainda optaram por bolsas remuneradas. Esses empecilhos dificultaram o desenvolvimento do projeto, porém, o Super Ação não deixou de cumprir com sua missão social. Oferece, apesar dos escassos recursos, a oportunidade de combater as violações de direitos do público infanto-juvenil, proporcionado à sociedade civil, ferramentas para identificar agravantes sociais relacionados à violência.

## REFERÊNCIAS

ARENDDT, H. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da criança e do adolescente**. Brasília: Ministério da Saúde, 1991.

